

AS CIDADES E A HISTÓRIA DA CIDADE

*Manoel Teixeira Azevedo Junior**

A cidade vem sendo, ao longo do tempo, o ambiente privilegiado para a criação humana. Ela é “o lugar preferencial para realização (e percepção...) da própria história” (Santos, 1986, p. 58). Nela, as variadas expressões da vida do homem florescem, circunstanciadas, por um lado, pelas necessidades da sobrevivência e por condições materiais objetivas e, por outro, pela vontade de compreensão do universo e de como o ser humano nele se insere. Nela, os valores de uma época, sua visão do mundo e das relações entre o ser humano e a natureza, ganham manifestação concreta. As expressões artísticas, as artes em sua capacidade de falar simbolicamente do espírito humano, são, sem dúvida, o meio principal através do qual brotam essas sínteses expressivas dos diversos momentos da experiência humana sobre a terra. A configuração do espaço construído, enquanto produto de relações econômicas, políticas e culturais, é também expressão dessas circunstâncias e contextos que enquadram a ação dos seres humanos no ambiente coletivo.

Já apontava Mumford (1982) que “a cidade, em sua forma física, conserva as características de uma cultura e de uma época”, sendo nela que as artes têm o lugar privilegiado para sua efetivação. Conforme assinala Lefebvre (1969), a cidade, por fazer convergir em si uma enorme intensidade de contatos e intercâmbios de todo tipo, cria um ambiente, o ambiente urbano, propício a todas as criações. No caso da arquitetura, a cidade é não só o ambiente cultural e sociopolítico que dá as condições para que aconteça a expressão artística do objeto arquitetônico, mas é também produzida por essas mesmas expressões. Se o ambiente

* Professor Adjunto do Departamento de Arquitetura e Urbanismo – PUC Minas.

cultural de uma sociedade e de cada cidade especificamente enseja a expressão arquitetônica, esta é também elemento fundamental para a configuração desse mesmo ambiente, especialmente enquanto espaço físico do transcorrer da vida humana. Ou seja, a arquitetura não só expressa um tempo, mas conforma fisicamente o espaço para os acontecimentos humanos. Esta é a sua especificidade no contexto das artes, a de conformar o espaço físico da vida do ser humano no mesmo movimento em que o modo como o faz revela os valores e circunstâncias dessa mesma vida.

Assim, a história das formas urbanas está intimamente ligada à história das formas arquitetônicas. É a arquitetura que realiza a cidade como espaço construído. Isto, tanto através do objeto arquitetônico propriamente dito, quanto das relações deste com o entorno: o espaço aberto, não construído, das cidades e o espaço natural circundante. Porém, a cidade não é apenas um ambiente construído. O espaço urbano é, fundamentalmente, um lugar de interação social, e se no caso do estudo da arquitetura é imprescindível realizar as vinculações do objeto com o contexto de sua produção e perceber sua capacidade de revelar ou indicar o “espírito” de uma época, no caso da cidade tal contexto é constitutivo do próprio objeto em uma intensidade muito maior, já que cada cidade pode ser genericamente entendida como a forma particular de fazer acontecer relações sociais, econômicas e políticas que dizem respeito a âmbitos maiores: o das regiões, dos países ou de conjunto de países. Dessa forma, não há como separar a história das cidades da história social geral, da mesma forma como não se pode abordar o espaço urbanizado sem referenciar-se às relações entre campo e cidade, inseridas também naquele âmbito social mais geral.

A partir daí, poderíamos nos perguntar qual a especificidade da história das cidades, já que ela correria o risco de se confundir com a história da própria sociedade. Seria meramente uma questão de ênfases ou de pontos de visada, que privilegiassem ora o físico, ora o econômico, o cultural, etc.? Bresciani (1991, p. 10), referindo-se ao momento das primeiras décadas do século XIX, em que as várias facetas da vida urbana se problematizam “num bloco denominado pelos contemporâneos de *questão urbana*”, aponta que as cidades são objetos com muitas entradas de investigação possíveis e que as circunstâncias de cada momento ten-

dem a enfatizar diferentes aspectos, de acordo com o próprio quadro da situação urbana e as finalidades e posturas ideológicas que fundamentam as investigações.

O foco sobre aspectos da história humana, configurando campos específicos de conhecimento histórico que são destacados e aprofundados, não implica, evidentemente, em uma autonomia dos mesmos que torne sua história desvinculada do quadro geral em que se situa. A autonomia e a especificidade de cada aspecto (as artes, a economia, as relações sociais, as técnicas, a cidade, etc.) são relativas, e, se não cabe mais pensar em determinismos e subordinações automáticas (especialmente a de considerar as realizações materiais, inclusive o espaço urbano, como mero reflexo das relações sociais e econômicas), não cabe desconsiderar as vinculações e interdependências dos diversos aspectos da vida social. No caso das artes e, especificamente, da arquitetura, há que se procurar escapar à tendência a uma história autônoma das formas, como se as mesmas evoluíssem segundo uma lógica própria, sem cair, no entanto, na simplificação de considerá-las como mera decorrência de um quadro político, econômico e social mais geral, esquecendo assim sua capacidade de materializar o indizível, de expressar e dar concretude a valores e anseios que perpassam o corpo social, de apontar rumos e sintetizar os princípios constitutivos de cada momento.

No entanto, a forma tende a ser a “porta” básica, para usar a terminologia de Bresciani, de entrada em uma história das cidades inserida em um curso de arquitetura: uma história das cidades, do ponto de vista da arquitetura, ou tendo esta como fio condutor ou ponto de visada principal. Porém, quando se passa da arquitetura para a cidade, uma mudança de foco se opera. Estar-se-ia falando de uma história que não mais privilegia o objeto arquitetônico, mas que passa a privilegiar sua inserção em um todo, a cidade. A ênfase ou o foco principal passa a ser o espaço comum, conformado pelas inserções arquitetônicas e suas inter-relações.

Nessa perspectiva, é possível conceber uma história das concepções espaciais urbanas ou de uma diferenciação nos modos de resolver a disposição dos objetos arquitetônicos e sua relação com o entorno, realizando assim uma história dessa dialética ou interdependência entre

espaço construído e não construído, espaço comum e espaço privado. Sempre vinculada à formação social que lhe dá sentido e especificidade e que é base sobre a qual se dão as expressões culturais, quer como afirmação de uma ordem dada, quer como antevisão de ordens novas, ensejadas nas contradições próprias de toda formação social. Nesse sentido, a história da cidade aparece como um âmbito da história da arquitetura no qual esta só é compreendida em relação ao espaço em que se insere e conforma. Só que, nesse novo foco de olhar sobre a arquitetura, a vida social, enquanto conformadora da cidade, tende a se imiscuir com uma intensidade muito maior, e não há como falar do espaço urbano sem considerar o que nele se desenrola e, em grande medida, fundamenta sua constituição e sua forma.

Nessa inter-relação de forma urbana e sociedade, uma história da cidade, genericamente concebida ou que pretenda estabelecer um quadro geral do evoluir dos assentamentos coletivos humanos, se conforma como um suceder de concepções espaciais típicas, vinculadas sempre a certas ordens sociais e culturais das quais são expressão e cenário. E assim é possível perceber as concepções genéricas diferenciadas do espaço grego, romano, medieval renascentista, etc., produzidas por contextos sociais específicos, que são também generalizados ou sintetizados em suas linhas mais estruturantes e diferenciadoras. Nessas concepções se entrecruzam e convivem duas lógicas básicas de produção do espaço: a que parte dos poderes dominantes e que tende a ordenar as relações construído/não construído, de modo a expressar seus interesses e sua visão de mundo; e a que se dá em função das iniciativas particulares e isoladas interagindo e criando uma lógica comum, negociada nas próprias ações dos agentes que, embora separadas, são enquadradas por práticas, crenças e visões de mundo coletivas, ou seja, são enquadradas em certo contexto cultural mais amplo.

Com isso, queremos indicar dois modos básicos de produção do espaço das cidades: um que tende a ordená-lo e controlá-lo segundo princípios mais ou menos rígidos, de natureza cosmológica, religiosa, política ou funcional, e sempre ganhando uma forte expressão simbólica. Um espaço "planejado" ou produzido segundo formulações preestabelecidas, vinculadas aos poderes dominantes. Outro, que parte de uma produção não centralizada e que, embora inserida em uma maneira co-

num de conformar o espaço, o faz não a partir de uma ordem imposta ou induzida por um poder dominante, mas a partir de uma cultura difusa comum que se expressa nas iniciativas particulares. Esses modos interagem e convivem no espaço das cidades, ora dominando um, ora dominando o outro.

Ao se focar essa história das concepções espaciais urbanas acabam, assim, se produzindo generalizações, situações típicas conformadas pela recorrência de sua aparição em diversos casos particulares. Conforme assinala de Decca (1991, p. 8), o historiador, “por um lado, particulariza, singulariza; por outro lado, generaliza. Esse é um movimento constante no trabalho historiográfico. Isso demonstra que o historiador a todo momento opera com uma lógica da semelhança e, ao mesmo tempo, porque cada evento é um evento particular, com a lógica da diferença”.

Assim, a história genérica do espaço das cidades trafega por protótipos, por conceituações geradas a partir das semelhanças, no interior das quais são destacadas situações emblemáticas, exemplares, que expressam de forma mais acabada ou sintética o “espírito” de um momento, e que passam a ser referência não só da situação particular em que acontecem, mas se tornam paradigmas de certos períodos históricos, fornecendo a materialização ou a expressão dos conceitos que embasam esse esquadrinhamento da história em períodos. Assim, por exemplo, Versailles passa a ser um paradigma do espaço do absolutismo barroco, da mesma forma que a Praça de São Pedro o é do espaço barroco da contra-reforma, a acrópole de Atenas do espaço grego do período clássico, e assim por diante. Esses exemplares são, sem dúvida, cintilações artísticas nas quais as circunstâncias materiais e mentais de uma época, por um lado, e a capacidade expressiva e criativa do artista, por outro, se unem e produzem sínteses entre sociedade e cultura que conseguem falar e permanecer para além dos contextos imediatos de sua produção.

Essa história das concepções espaciais está interligada com uma história da urbanização e, nesse sentido, estamos falando de um processo que atinge de forma diferenciada os diversos lugares e que pode ser, do mesmo modo que as concepções espaciais, mais ou menos genérico. Reis Filho (1991, p. 16) fala da necessidade de articular o estudo da urbanização em diversas escalas. As duas primeiras dizem respeito à his-

tória global da urbanização e à "história da urbanização no país que se estuda, que é a escala em que, no mundo contemporâneo, se definem as estruturas de poder e de controle da produção e as relações de classe". A terceira escala se refere ao nível regional e à escala do cotidiano, ou seja, "a cidade e sua estruturação interior".

Quer trabalhe com as concepções espaciais, quer trabalhe articulando estas com o processo de urbanização, a história geral da cidade acaba sempre operando generalizações, jogando luz sobre os eventos ou obras paradigmáticas, focalizando aquilo que emerge ou é considerado referencial de um período; deixando em segundo plano ou obscurecido aquilo que é periférico, que se refere às culturas dominadas, à produção vernacular, não culta, às expressões que são traduções ou adaptações, às vezes canhestras e menores, dos referenciais principais. De todo modo, a história da cidade deve buscar sempre enquadrar esses exemplos notáveis na estruturação mais ampla do espaço urbano, abordando, inclusive, os ambientes dos diferentes grupos sociais e sua articulação no todo que é a cidade. Se não for assim, a história tende a cair numa exemplificação vazia de intervenções ou organizações espaciais, desvinculados de seu próprio ambiente.

A circunstância do ensino da história da arquitetura nos cursos de graduação, premido pelas limitações de tempo e possibilidades de aprofundamento, acaba tendendo a se restringir a essa visão simplificadora ou genérica, a essa escala de abordagem da história, que faz esta parecer um suceder de períodos e concepções artísticas e espaciais que lhes correspondem, sugerindo uma abrangência espacial e uma lógica cronológica que, nem sempre, conferem com a realidade. É o caso, por exemplo, da arquitetura do renascimento no século XV, fenômeno que ganha enorme destaque nos estudos históricos, mas que, naquele momento, se restringe a algumas cidades italianas, embora, posteriormente, vá ter uma imensa capacidade de difusão e influência.

DO GERAL AO PARTICULAR

Na verdade, ao se fazer da história da cidade essa história genérica das concepções espaciais urbanas, mesmo que as remetendo sempre aos

contextos gerais de sua produção e ao processo geral de urbanização, estão-se colocando em segundo plano as histórias particulares das diversas cidades. Os períodos que a historiografia cristaliza não são monólitos que atingem os espaços humanos no mesmo momento e da mesma forma. Ao contrário, eles possuem uma enorme disparidade temporal e espacial, acontecendo de forma e em ritmos diferenciados, de acordo com as especificidades de cada sociedade ou de cada lugar. Há, assim, uma história das concepções espaciais urbanas, da mesma forma que há uma história particular dos rebatimentos dessas concepções nas diversas cidades.

Quando se abordam as histórias particulares de cada cidade ou de uma região, as coisas mudam. Em primeiro lugar, as categorias de análise se alteram. Aspectos mais gerais, como os das relações de classe ou das relações de produção, passam a ser, nas diferentes cidades, casos particulares que só podem ser compreendidas em um âmbito maior. Por outro lado, essa emergência do particular faz surgir também o diferente, o que não é generalizável, o que faz a especificidade de cada cidade e lhe confere identidade dentro de um conjunto mais amplo. Quando se abordam ou se aprofundam os estudos dos casos particulares, emerge também o modo como os diversos momentos do passado se interagem no espaço da cidade até conformar o presente: a maior ou menor resistência das culturas e das configurações espaciais, a capacidade de as diversas intervenções sobre o espaço destruírem ou conviverem com a produção de períodos precedentes.

As cidades se fazem sempre pelo acúmulo ou superposição de diversos tempos, de diversas concepções espaciais. Muitas vezes, o que resta de momentos passados são meros vestígios: edificações isoladas, trechos de ruas, monumentos dispersos. Outras vezes, a capacidade de permanência do passado é maior: a estruturação geral do sistema viário em porções da cidade, a manutenção das relações espaciais entre os conjuntos edificados e o espaço público, a manutenção das características espaciais de praças e ruas, etc. Muitas vezes, essa manutenção é garantida por legislações que, se concensuadas socialmente e permeáveis ao convívio com a produção arquitetônica presente, podem gerar espaços extremamente ricos e vitais, em termos desse diálogo entre expressões de diversos tempos. Santos (1986, p. 60) enfatiza esse caráter cumulati-

vo dos espaços urbanos: "Estão no presente, mas podem demonstrar como já foi e como, talvez, será. Assim não só *com*-formam. Também *in*-formam".

Se é essa superposição e constante transformação que faz a cidade, esse permanecer através das transformações, como diz Rossi (1995), isso também recontextualiza permanentemente a arquitetura. Cria um contexto cumulativo que está sempre a condicionar e informar as novas produções. Como lembra Reis Filho (1991, p.17), o homem que produziu as expressões do Renascimento viveu no ambiente medieval. Assim, os acontecimentos de cada cidade se fazem sobre o chão de uma história anterior. Cada momento é condicionado fortemente pelos anteriores. O urbanismo contemporâneo vem assumindo plenamente esse caráter da produção do espaço urbano. O pluralismo e esse acúmulo que a cidade carrega, produzido pelo suceder das gerações, essa densidade histórica que faz a riqueza e identidade das cidades, são cada vez mais valorizados pela prática urbanística. Nas expressões e intervenções mais felizes, arquitetura contemporânea e cidade tendem a estabelecer um diálogo profícuo.

PARA QUE TANTA HISTÓRIA?

Segundo Santos (1986, p. 61), "os espaços urbanos são livros abertos, que a cada instante dizem aos que estão neles não só onde estão, mas quem são e quem são os outros". A forma arquitetônica e a forma urbana tendem, ao longo do tempo, a abrigar funções e relações sociais diferenciadas, mas nesse suceder a forma está sempre guardando ou fazendo referência às circunstâncias sociais anteriores, a um viver o espaço que não é mais o viver presente, mas que permanece dialogando e interagindo com este. Conforme diz Rossi (1995, p. 49), "a diferença entre passado e futuro, do ponto de vista da teoria do conhecimento, consiste precisamente no fato de que o passado é, em parte, experimentado agora e que, do ponto de vista da ciência urbana, pode ser esse o significado a dar às permanências: elas são um passado que ainda experimentamos".

194) destaca dois pontos de vista diferentes no método histórico:

o primeiro diz respeito ao estudo da cidade como fato material, como artefato, cuja construção ocorreu no tempo e do tempo conserva os vestígios, ainda que de modo descontínuo. (...) As cidades são o texto dessa história; ninguém pode imaginar seriamente estudar os fenômenos urbanos sem se colocar esse problema, e talvez este seja o único método positivo, porque as cidades se oferecem a nós através dos fatos urbanos determinantes, em que é preeminente o elemento histórico. (...) O segundo ponto de vista concerne à história como estudo do próprio fundamento dos fatos urbanos e da sua estrutura. É o complemento do outro e concerne diretamente não apenas à estrutura material da cidade, mas também à idéia que temos da cidade como síntese de uma série de valores.

A compreensão da história introduz o passado na cidade como coisa ativa, com importância fundamental na conformação da identidade espacial e social. Possibilita, assim, não só compreender a cidade como produto do tempo, mas perceber como as relações, valores e realizações materiais do passado permanecem influenciando a conformação do presente. O estudo da história em um curso de arquitetura deveria estar sempre preocupado em fazer essa ligação entre presente e passado. Afinal, o sentido básico do ensino da história, em curso que não é de especialização em história, ou seja, de formação de historiadores, deve ser o de iluminar e informar, a partir do conhecimento da experiência passada, a produção do presente. Diversas questões para as quais o passado forneceu respostas determinadas são recorrentes e ainda presentes na atualidade. O focar as questões presentes no passado deve ter, assim, a finalidade de entendermos melhor nosso próprio mundo. Como responder no presente a questões como a das relações entre espaços do poder e espaços do cidadão, as possibilidades de convívio e interação dessas situações? Como pensar hoje os sentidos do embelezamento do espaço público? Diante da problemática geral do lugar público contemporâneo, daquilo que ainda é capaz de ensejar em termos de convívios e intercâmbios diferenciados, como se postar? Como conceber a produção do espaço residencial coletivo, especialmente a moradia para os mais pobres? Essas e outras são questões candentes, no presente, e para as quais as épocas passadas colocaram respostas, próprias a seu tempo e a suas circunstâncias, mas que podem oferecer um acúmulo de experiências capaz de iluminar os caminhos do presente.

É a avaliação dessas experiências que permite perceber a constância de alguns tipos de espaço que, embora referenciados a circunstâncias históricas diferentes, se repetem ao longo do tempo. É o caso da dominância das disposições axiais, nos espaços do poder, e na grandiosidade adquirida por ela, no caso dos poderes autocráticos e absolutistas. É a relação entre a escala humana do espaço e sua aparição em situações de maior proximidade entre governantes e governados. É a relação entre irregularidade do espaço e sua produção não controlada por instâncias de poder.

São as possibilidades de disposição do espaço residencial em relação ao espaço da rua: as qualidades e limites das disposições alinhadas, ou dos conjuntos edificados voltados para a rua ou voltados para o interior de quadras. Trata-se, assim, de perceber como os diferentes contextos históricos responderam a questões que, redimensionadas pelas especificidades do presente, ainda se colocam.

Dessa forma, é fundamental considerar a importância das tipologias, que a história, tão exemplarmente, é capaz de nos oferecer. Rossi (ibid, p. 25-26) concebe o conceito de tipo como "algo permanente e complexo, um enunciado lógico que está antes da forma e que a constitui". Citando a definição dada por Quatremère de Quincy em um dicionário histórico de arquitetura de 1832, diz que "a palavra 'tipo' não representa tanto a imagem de uma coisa a ser copiada ou imitada perfeitamente quanto a idéia de um elemento que deve, ele mesmo, servir de regra ao modelo. (...) O modelo é um objeto que se deve repetir tal como é; o tipo é, pelo contrário, um objeto segundo o qual cada um pode conceber obras que não se assemelham entre si". Cada época realiza os tipos de maneira diferente, mas eles permanecem como referenciais cuja aplicação, ao longo da história, quanto mais conhecida e compreendida for, mais será capaz de ser instrumental fundamental para a produção do espaço arquitetônico e urbano contemporâneos.

Nesse sentido, é preciso enfatizar, como o faz Reis Filho (1991, p. 17), o papel fundamental do conhecimento da história para a construção de um projeto consistente de mudança e intervenção na realidade, seja em que âmbito for. A percepção dos erros e acertos, do modo como se construiu e estruturou certa ordem social, é dado fundamental para a

atuação sobre a mesma. A mudança brota no seio dessa ordem como projeto gestado a partir das condições e contradições de cada momento, mas que será melhor direcionado se embasado na compreensão da história. O que vai existir já está existindo, só que de maneira embrionária e dominada, e a história ensina a compreender o ambiente em que as mudanças podem ser geradas: as limitações e potencialidades do momento e do lugar, do tempo e do espaço. Conforme diz Reis Filho (ibid, p. 17):

não há projeto sem história. Todo projeto é uma proposta historicamente definida. Se a memória está equivocada, a consciência está equivocada – o projeto vai estar equivocado. (...) Se não temos compreensão dos processos sociais globais, não vamos ter consciência correta dos processos sociais específicos. O estudo da história da urbanização vai nos ensinar sobre nossas próprias limitações.

A compreensão da história da cidade, genericamente, e das cidades, em suas particularidades, redimensiona, assim, a história do objeto arquitetônico, inserindo-o no espaço coletivo e, nesse sentido, enseja no ato projetual a noção de que, na cidade, a arquitetura se inscreve sempre em um espaço humano preexistente e com ele deve estabelecer diálogos. Que estes sejam de retroalimentação e enriquecimento mútuo entre o novo e o preexistente, entre o edifício e o entorno, é o que se espera.

Referências bibliográficas

- BRESCIANI, Maria Stella. As sete portas da cidade. Espaço & Debates. São Paulo, n. 34, 1991.
- DECCA, Edgar de. O estatuto da história. Espaço & Debates. São Paulo, n. 34, 1991.
- LEFEBVRE, Henri. O direito à cidade. São Paulo: Documentos, 1969.
- MUNFORD, Lewis. A cidade na história. São Paulo: M. Fontes, 1982.
- REIS FILHO, Nestor Goulart. Sobre a história da urbanização; história urbana. Espaço & Debates, n. 34, 1991.
- ROSSI, Aldo. A arquitetura da cidade. São Paulo: M. Fontes, 1995.
- SANTOS, Carlos Nelson Ferreira dos. Preservar não é tombar, renovar não é pôr tudo abaixo. Revista Projeto. São Paulo, n. 86, 1986.